



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

**LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**

**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000**

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS**

SECRETARIA: Saúde

SETOR/DEPARTAMENTO: Saúde

VENHO POR MEIO DESTESOLICITAR A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS, CONFORME TABELA ABAIXO:

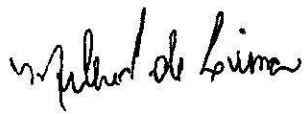
Produto/Serviço		
	QUANT.	UNID.
Aquisição de concentrador de oxigênio 5LPM	02	Unidades

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO:

ANEXO

PRAZO DE ENTREGA OU EXECUÇÃO: Imediata

PRADO FERREIRA-PR, 12 de Maio de 2020.

SOLICITANTE	DE ACORDO COM A COMPRA
 CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO OU RESPONSÁVEL	 CARIMBO E ASSINATURA

975



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

**JUSTIFICATIVA**

Ao Departamento de Licitação:

Venho por meio de este solicitar a vossa senhoria a liberação para aquisição do aparelho utilizado na oxigenoterapia, chamado Concentrador de Oxigênio. A oxigenoterapia é um tratamento que consiste na administração de oxigênio ao paciente, voltado para melhorar os sintomas das doenças respiratórias.

Diante do atual cenário da Pandemia instalada, Covid-19, onde as manifestações clínicas podem variar de um simples resfriado até Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). E a piora do quadro clínico irá exigir a hospitalização do paciente e é manifestada pelo aparecimento de dificuldade para respirar.

A hipóxia é um marcador importante da doença COVID-19. Recomenda-se iniciar a suplementação de oxigênio para todo paciente com saturação menor ou igual a 95% em ar ambiente.

**ASSIM:**

Considerando a Nota Técnica da 008/2020 da Confederação Nacional dos Municípios que publica orientações quanto aos aspectos orçamentários, contábeis e jurídicos envolvendo as ações de enfrentamento ao coronavírus;

Considerando que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a disseminação do novo coronavírus – COVID-19, como uma pandemia mundial;

Considerando que o COVID-2019 causa doença respiratória em quadro que pode variar de leve a moderado, semelhante a uma gripe, mas que alguns casos podem ser mais graves, como a ocorrência de síndrome respiratória aguda grave e complicações e, em casos extremos, pode levar a óbito;

Considerando que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

Considerando que em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei nº 8.666/1993 traz dispositivo que permite ao gestor a

contratação direta de bens e serviços sem a necessidade de prévio procedimento licitatório (artigo 24, inciso IV);

Considerando o Decreto Municipal 11/2020 que Decreta situação de emergência no Município de Prado Ferreira, bem como, dispõe sobre as medidas complementares para enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19),

Considerando, que a **Lei 13.979/2020** que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e a **MP 926/2020** que Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, em seus Artigos 4º, 4º A, 4º B, 4º C e demais que tratam da dispensa de Licitação de Compras e Serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

**Considerando**, que a escolha da empresa **ALVORADAMED**, não foi contingencial, mas, prende-se ao fato de ter sido a que apresentou o menor preço dentre aquelas que apresentaram propostas, conforme se constata através da confrontação com os demais orçamentos apresentados. Ademais, verifica-se ser este compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, abaixo dos demais apresentados.

Assim, colhidas as propostas de preços de 03 (três) empresas, restou classificada a empresa **ALVORADAMED**, em 1º lugar, por ter apresentado o menor preço.

A proposta da empresa vencedora indica o valor de 11.100,00 ( onze mil e cem reais), para serviços de aquisição do concentrador de oxigênio para Hospital Municipal João de Caires.

Então, em cumprimento à norma jurídica, submetemos a presente justificativa do Excelentíssimo Senhor Dr. João Fernando dos Reis Carvalho, Procurador Jurídico Municipal, para análise e emissão do competente parecer.

Prado Ferreira, 18 de Maio de 2020.



Milene Ferreira de Lima  
Secretária Municipal de Saúde

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

AV BEIRA LAGO, 78 - JD DONA DIVA

ALVORADA DO SUL PR

Telefone: 4336612684

e-mail:

CNPJ 30.547.487/0001-98

IE. 9078208829



ORÇAMENTO Nº: 312

EMISSÃO: 14/05/2020

TOTAL: 11.100,00

Cliente: 30 PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Endereço: RUA SAO PAULO

Nº: 201

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PRADO FERREIRA

UF: PR CEP: 86618000

CNPJ/CPF: 01.613 136/0001-30

Inscrição/RG:

Telefone: 43 32441143

Código Produto	Lote	Fabricação	Validade	Marca	Un	Quant.	RS Unit	RS Total
959 CONCENTRADOR DE OXIGENIO 5LPM				PHILIPS	UN	2	5.550,000	11.100,000

Substituição Tributária: 0,00

Subtotal:

Desconto:

Frete:

Total Pedido: 11.100,000

Condição de Pagamento: 30

Vencimento: 13/06/20 R\$: 11.100,00

Obs:

DATA:

14,05,20.

ASSINATURA:

30.547.487/0001-98

DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI

AV. BEIRA LAGO, 78

JD. DONA DIVA - CEP 86.150-000  
ALVORADA DO SUL - PR

Data:

14/05/2020 Hora: 16:58:16



Outlook

Nova mensagem

Responder | > Excluir Arquivar Lixo Eletrônico > Limpar Mover para > Categorizar >

Favoritos

RE: Orçamento Concentrador

Itens Enviados

Distribuidora Alvoradamed <alvorada\_med@hotmail.com>

Qui, 14/05/2020 15:05

Para: Você

DA

Caixa de E... 11029

Adicionar aos favo...



CO.pdf  
227 KB

Pastas

Caixa de E... 11029

Boa tarde Andrea, segue em anexo Orçamento solicitado.  
Att, Sidney.

Lixo Eletrônico 33

De: Andrea Totti <andrea\_totti@hotmail.com>

Rascunhos 99

Enviado: quinta-feira, 14 de maio de 2020 16:37

Para: alvorada\_med@hotmail.com <alvorada\_med@hotmail.com>

Itens Enviados

Assunto: Orçamento Concentrador

Boa tarde

Scheduled

solicito orçamento de concentrador de oxigênio, 2 unidades, 5 LPM.

Itens Excluídos 12

ATT Andrea Cristina Totti Prescendo.

Arquivo Morto

Anotações

Comunicação Hist

**ORCAMENTO**

Nº: 481.913

**Total Pedido:**

11.200,00

**Emissão:** 12/05/2020 **Vendedor:** LUCIANA

**Cliente:** 2.989 BALCAO

**CNPJ/CPF:** 111.111.111-11

**Inscrição/RG:**

**Telefone:** 43 33788888

**Endereço:** R SENADOR SOUZA NAVES

**Nº:** 1550

**Compl:**

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** LONDRINA

**UF:** PR **CEP:** 86010160

**Comprador:**

**Dt Incl:** 12/05/2020 - 13:44:09

Cód	Produto	Marca	Un	Qtde	Vir Unit	Vir Total
20.785	CONCENTRADOR DE OXIGENIO EVERFLO 5LPM COM TRANSFORMADOR 110/220V	PHILIPS	UN	2	5.600,0000	11.200,0000

**Frete:**

**Total Pedido:**

11.200,00

**Condição de Pagamento:** VISTA

V-1:12/05/20 R\$: 11.200,00

**Obs:**

ANDREA\_TOTTI@HOTMAIL.COM

99960-1445

## orçamento

### Itens Enviados

Luciana casamedica <luciana.casamedica@hotmail.com>

Ter, 12/05/2020 11:50

**Para: Você**

**Adicionar aos favoritos**

pedidografico.pdf

37 KB

## Pastas

Caixa de E... 11029

Lixo Eletrônico 33

Rascunhos 99

Itens Enviados

Scheduled

Itens Excluídos 12

Arquivo Morto

## Anotações

## Conversion List

三  
○  
三

Bom dia segue orçamento solicitado.

**Luciana Santos**  
**VENDEDORA**  
**contato 3378-887**

**ORCAMENTO****Nº:** 287.694**Total Pedido:**

11.200,00

**Emissão:** 12/05/2020 **Vendedor:** ANDRE**Cliente:** 48.398 BALCAO**CNPJ/CPF:** 735.808.649-04**Inscrição/RG:****Telefone:** 43 33798899**Endereço:** RUA SENADOR SOUZA NAVES**Nº:** 365**Compl:****Bairro:** CENTRO**Cidade:** LONDRINA**UF:** PR **CEP:** 86089050**Comprador:****Dt Incl:** 12/05/2020 - 13:47:09

Cód	Produto	Marca	Un	Qtde	Vir Unit	Vir Total
20.785	CONCENTRADOR DE OXIGENIO EVERFLO 5LPM COM TRANSFORMADOR 110/220V	PHILIPS	UN	2	5.600,0000	11.200,0000

**Frete:****Total Pedido:**

11.200,00

**Condição de Pagamento:****Obs:**

andrea\_totti@hotmail.com

Outlook

Nova mensagem

Responder | > Excluir Arquivar Lixo Eletrônico > Limpar > Mover para > Categorizar >

Favoritos

RE: Orçamento Concentrador - CASA DA SAUDE

Itens Enviados

Andre Salles de Melo Ortopédica Casa da Saúde <vendas8.casadasaude@hotmail.com>  
8.casadasaude@hotmail.com>  
Ter, 12/05/2020 12:32  
Para: Você

Caixa de E... 11029

Adicionar aos favo..

pedido grafico.pdf  
43 KB

Pastas

Caixa de E... 11029

Lixo Eletrônico 33

Rascunhos 99

Itens Enviados

Scheduled

Itens Excluídos 12

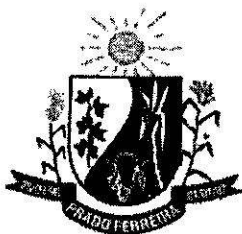
Arquivo Morto

Anotações

Comunicação Lint

De: Andre Salles de Melo Ortopédica Casa da Saúde <vendas8.casadasaude@hotmail.com>  
Enviado: terça-feira, 12 de maio de 2020 17:14  
Para: andrea\_totti@hotmail.com <andrea\_totti@hotmail.com>  
Assunto: Orçamento Concentrador - CASA DA SAUDE

Boa tarde, segue em anexo o orçamento solicitado.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

## **PARECER JURÍDICO**

**Origem:** Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

**Natureza:** Processo de Dispensa de Licitação

**Assunto:** Aquisição de Bens – Aquisição de Concentrador de Oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira.

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. Inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93. Lei Federal nº 13.979/2020. Medida Provisória nº 926/2020. Decreto Municipal nº 011/2020. Contratação Direta. Aquisição de Bens. Possibilidade.

Versa a análise acerca de requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na forma do art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei 8.666/93, o presente processo administrativo visa a aquisição de Concentrador de Oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, conforme consta na solicitação.

A Organização Mundial da Saúde declarou em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus (COVID-19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

A Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

O Decreto Estadual nº 4.319/2020, de 23/03/2020, declarou "Estado de Calamidade Pública", como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.

O Decreto Municipal nº 013/2020, de 23/03/2020, declarou "situação de emergência", no âmbito da Saúde Pública no Município de Prado Ferreira, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

O Decreto Legislativo Estadual nº 005/2020, de 15/04/2020, reconheceu "Estado de Calamidade Pública", decorrente do Coronavírus – COVID-19, ao Município de Prado Ferreira, conforme Decreto Municipal nº 020/2020, de 13/04/2020.

É o relatório do essencial.

### **DA ANÁLISE:**

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de analisar a legalidade do procedimento, bem como, verificar a existência dos pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Tem-se que o presente processo se refere à dispensa de licitação, onde se pleiteia a aquisição de Concentrador de Oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, em face da justificativa contida no termo do processo, cujo valor da despesa a ser contratada é estimado em **R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais)**.

Assim sendo, o presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria para análise e manifestação, nos termos do artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/93, que assim positiva:

**“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com abertura de processo administrativo, devidamente autuado, numerado, contendo autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:**

**(...) IV – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;**

**(...)” – (Destaquei).**

De início há que se ressaltar, que a Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

**“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” – (Destaquei).**





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, - Lei das Licitações, foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração. A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, cujo primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do Poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Estes dois aspectos estão previstos de forma bem clara no art. 3º, da Lei de Licitações e Contratos:

**"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".**

Dessa forma, Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Destarte, pode-se concluir que a licitação atende a duas finalidades essenciais. A primeira delas é permitir que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público. De outro lado, presta-se a permitir aos cidadãos, em igualdade de condições e sem privilégios, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. Com isso, evita-se que os agentes públicos, fazendo mau uso da máquina administrativa, obtenham, para si ou para outrem, vantagem ilícita decorrente da celebração de contratos administrativos, em evidente prejuízo para a res pública.

Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

A licitação é um procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato, que melhor atenda ao interesse público. Acerca da importância do procedimento licitatório para a Administração Pública, destaca-se o posicionamento do STF:

*"A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da*



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

*proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. 4. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma, tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. (STF, ADI 3070, Relator Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 29.11.2007, publicado em 19.12.2007)".*

Esta é a regra, no entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à norma ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação: a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Portanto, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Desta feita, a regra da licitação poderá ser mitigada, sob a condicionante de possibilitar que o interesse público seja atendido. Assim, a excepcionalidade deve estar sempre amparada pela legislação, em observância ao princípio da legalidade.

Depreende-se, portanto, que, existem certas situações em que o gestor público, embora podendo realizar o processo de licitação, mas, em virtude da existência de determinadas situações, poderá dispensar a realização do certame, como são os casos previstos no art. 24 da Lei 8.666/93, ou, noutros casos, onde o administrador se encontrará diante de situações, ora materiais, ora jurídicas, que o impossibilitarão de realizar a licitação, como nos casos previstos no art. 25 da mesma Lei.

A dispensa é uma dessas modalidades de contratação direta. No caso em análise, a hipótese amolda-se à razão da natureza emergencial e finalística da contratação pretendida, para a qual, a fundamentação legal tem como base o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, que assim positiva:



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

"Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

[...]" - (Destaque!)

O dispositivo legal citado excepciona a regra de exigência de licitação para contratação de bens, obras e serviços necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa.

Depreende-se, pois, que, a razão da excepcionalidade normativa não está vinculada ao objeto, valor, ou a características da pessoa contratada, a hipótese em cortejo se relaciona com a finalidade emergencial ou calamitosa a que se destinará o objeto almejado, por esta razão a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

Todavia, considerando à grave situação epidemiológica a qual o mundo enfrenta na atualidade, foi editada, em 06/02/2020, a Lei Federal nº 13.979 que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

No que diz respeito ao objeto do presente parecer, o art. 4º, da Lei nº 13.979/2020, estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Em complementação, em 20/03/2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que "altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus".

Os dispositivos em questão (arts. 4º a 4º-I da atual redação da Lei nº 13.979/2020), aplicam-se a todas as esferas federativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, eis que oriundos de lei federal, no regular exercício da competência legislativa privativa da União prevista estabelecida no art. 22, XXVII c/c art. 24, § 2º da Constituição Federal de 1988:

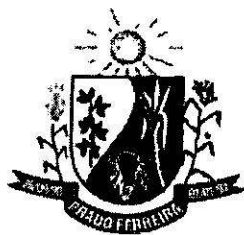
"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III; (...)

Art. 24 (...) § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados".





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

No que diz respeito à validade de edição de medida provisória para regular a matéria, entende-se presente, na medida em que, dada a grave emergência pública de saúde, se mostram evidentes a relevância e a urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal. Alerta-se, no entanto, que, por se tratar de medida provisória, ressalvado o disposto nos §§11 e 12, do art. 62, da CF/88, seus dispositivos poderão perder sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do §7º, do referido artigo, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por Decreto Legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

Desta feita, cabe alertar que a validade futura do presente parecer dependerá do resultado da tramitação da Medida Provisória nº 926/2020, podendo as considerações serem revistas em caso de alteração no texto que vier a ser eventualmente aprovado pelo Congresso Nacional.

Apresentadas as razões de ressalva e validade da norma jurídica passamos a análise. A hipótese de dispensa de licitação de que cuida o presente parecer remete especificamente à emergência de saúde acarretada pela pandemia da doença do Coronavírus (COVID19).

No que interessa ao tema objeto deste parecer, estabelece a Lei federal nº 13.979/2020, com a redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020:

"Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação de que trata o **caput**, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade, o sistema de registro de preços, de que trata o **inciso II do caput do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, poderá ser utilizado. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

§ 5º Na hipótese de inexistência de regulamento específico, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal sobre registro de preços. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

§ 6º O órgão ou entidade gerenciador da compra estabelecerá prazo, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, entre dois e quatro dias úteis, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços nos termos do disposto no § 4º e no § 5º. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o **caput** do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do **caput**. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do **caput** não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o **caput** for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o **caput**. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 4º As licitações de que trata o **caput** realizadas por meio de sistema de registro de preços serão consideradas compras nacionais, nos termos do disposto no regulamento federal, observado o prazo estabelecido no § 6º do art. 4º. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

(...)

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4º-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”.

A partir das disposições citadas extrai-se considerações relevantes:

a) A dispensa de licitação fundamentada na Lei nº 13.979/2020, destina-se exclusivamente à aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos **que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus**. Dessa forma, mostra-se manifestamente inviável a aquisição, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos **com finalidade diversa àquela preconizada pela Lei, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal em comento**.

b) A eficácia do dispositivo é temporária, e se limita ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Assim, uma vez cessada a emergência de saúde, dado a ser aferido concretamente no contexto fático da unidade federativa que aplicaria a norma, inviável se tornará a realização de dispensa de licitação por tal fundamento. A única ressalva a essa regra não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da Lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, salvo hipótese de eventual rescisão, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela MP nº 926/2020.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

c) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser **imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet)**, contendo, no que couber, além das informações previstas no §3º, do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. Alerta-se que a presente exigência, específica para o dispositivo em comento, não dispensa a publicação dos atos administrativos realizados nos respectivos processos de aquisição, por força de outros atos normativos que assim o estabeleça.

d) **Excepcionalmente**, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso.

e) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

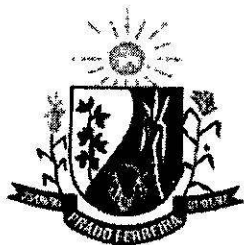
f) **Presumem-se atendidas**, nas dispensas de licitação objeto da Lei nº 13.979/2020, não havendo, assim, **necessidade de comprovação**:

**f.1) ocorrência de situação de emergência;**

**f.2) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;**

**f.3) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e**

**f.4) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.**



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

g) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares.**

h) O gerenciamento de riscos, somente será exigível durante a fase de gestão do contrato.

i) Para a contratação dos bens e serviços em comento, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado com os elementos constantes do art. 4º-E, §1º, da Lei nº 13.979/2020.

j) Excepcionalmente, e **mediante justificativa expressa** da autoridade competente, será **dispensada a estimativa de preços** a que alude o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020.

k) **Mediante justificativa nos autos**, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei **por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços.**

l) Havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e **mediante justificativa**, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do caput, do art. 7º, da Constituição.

m) A **duração dos contratos** regidos pela Lei nº 13.979/2020, **limita-se a 6 meses**, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

n) Para os contratos regidos pela referida Lei, pode a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.**

Em complementação ao disposto na Lei nº 13.979/2020, acresceu-se, em âmbito local, o art. 21 do Decreto Municipal nº 011/2020, com o seguinte teor:

**“Art. 21. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata este Decreto.**

**Parágrafo único. A dispensa de licitação a que se refere o *caput* deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus”.**

Questão de relevo a ser advertida é que, não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

Assim, a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos.





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica. Nesse sentido, confira-se as palavras de OLIVEIRA, em recente artigo sobre os reflexos do coronavírus no Direito Administrativo:

"Em casos emergenciais, revela-se possível, em tese, a adoção de medidas excepcionais, de forma proporcional e justificada, que restringem a liberdade individual para garantir a saúde pública. Como dizia Hipócrates, considerado o pai da medicina, 'para os males extremos, só são eficazes os remédios intensos'.

**Isso não significa dizer, naturalmente, um cheque em branco aos agentes públicos competentes que deverão agir, em conformidade com os limites fixados no ordenamento jurídico, sob pena de responsabilidade.**

O Direito Administrativo possui ferramentas para o enfrentamento da crise na saúde pública, mas, evidentemente, o **Direito não é suficiente para resolução de todos os problemas**, revelando-se fundamental, no ponto, a conscientização da população e os avanços da ciência na busca de tratamentos adequados no tratamento das pessoas contaminadas pelo coronavírus.

**A inércia estatal é indesejada no momento de crise**, assim como revela-se vedada a adoção de medidas arbitrárias que extrapolam a proporcionalidade na restrição de direitos individuais. **O desafio, como de praxe, é encontrar o ponto médio na ponderação entre as liberdades individuais e a necessidade de proteção da saúde pública**" – (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, Direito Administrativo e coronavírus, <https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>).



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

### **Da justificativa da autoridade competente**

A doutrina moderna ensina que todo ato administrativo precisa ser motivado. No terreno dos contratos administrativos não é diferente. Além de cumprir regramento legal, como, por exemplo, o contido nos arts. 2º e 50, da Lei Federal nº 9.784/99, a decisão por contratar esse ou aquele objeto precisa ter uma conformação com o interesse público, situação que só é demonstrável a partir da motivação ou justificativa do ato de contratação.

O que se põe aqui é que se houver no futuro algum questionamento sobre o porquê da contratação ou de dispensa ou inexigibilidade de determinado procedimento, o fato de ter sido bem justificado, com a indicação precisa das necessidades administrativas no momento histórico, colocará o gestor numa situação de tranquilidade frente às auditorias realizadas pelos órgãos de controle, ou frente aos questionamentos feitos pela sociedade. Significa demonstrar previamente, de maneira metódica e didática, as razões pelas quais a Administração está a contratar esse ou aquele objeto, inclusive quanto ao aspecto quantitativo. A contrário, a justificativa genérica, que não demonstra claramente a ligação entre o objeto a ser contratado e a sua aplicação prática no dia-a-dia da Administração, nem o porquê fora escolhido esse ou aquele caminho, não é recomendável.

Sobre a justificativa da necessidade da contratação, extrai-se também, da legislação de regência, tratar-se de ato atribuído à autoridade competente (ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração), a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais que o apoiam.

Quanto aos aspectos técnicos, vale acentuar que é de responsabilidade da Administração a veracidade dos motivos alegados, bem como a decisão acerca da necessidade de transacionar e, conseqüentemente, prosseguir na contratação. Relembre-se que, não está na seara do Poder Judiciário, e muito menos desta Procuradoria, avaliá-las ou emitir juízo de valor sobre a necessidade de contratação, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Destaque-se, não se ignora que o art. 4-B da Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória adotou a presunção de que, para as dispensas de licitação para as aquisições de bens, serviços e insumos visando o enfrentamento da doença do coronavírus (COVID-19), já se consideram atendidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Tendo a lei presumido como presentes tais requisitos nas aquisições emergenciais por dispensa de licitação para o enfrentamento da COVID-19, desnecessária a sua demonstração em cada um dos procedimentos administrativos instaurados com tal finalidade. Todavia, compete a esta procuradoria advertir que se trata de presunção "juris tantum", ou seja, relativa, que admite prova ou argumentação em sentido contrário.

Em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório. Ocorre, no entanto, que tal presunção, embora desobrigue o gestor público de apresentar repetidamente, e de forma prévia, as justificativas da emergência e da necessidade da contratação, implica a sua responsabilização caso sobrevenha prova em sentido contrário, ou seja, de que as circunstâncias fáticas que fundamentaram a contratação por força desta autorização legal específica carecem de veracidade.

Dessa forma, a celeridade buscada pelo legislador, ao passo que mitiga algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento.





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

### **Da adequação do objeto à modalidade licitatória.**

Consoante o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Outrossim, consabido que o certame deve ser processado e julgado em estrita conformidade com o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desta feita, ao tempo em que a Administração Pública está adstrita à rigorosa observância da legalidade ao se realizar as diversas etapas do procedimento de contratação, compete a esta Procuradoria Jurídica verificar se o caso em análise está em conformidade com a legislação vigente.

Quanto à adoção da modalidade dispensa para atender ao interesse da solicitante, há que se registrar algumas considerações. Ao nos depararmos com uma requisição de contratação devemos nos ater a certas observâncias mínimas, visando garantir a real possibilidade de conclusão da mesma.

Desde logo, cumpre destacar que ao advogado público não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

No caso em apreço, é insensatamente impossível desconsiderar que estamos lidando com uma Pandemia de nível Mundial e que não podemos mensurar as consequências de eventual omissão da Gestão Pública, como já mencionado "situações extremas requerem medidas extremas".



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Diante deste cenário, o gestor público tem margem de discricionariedade para, ante a situação calamitosa que experimentamos utilizar a modalidade de contratação direta para salvaguarda a estrutura do serviço público essencial de saúde, desde que, justifique adequadamente essa opção e observe os dispositivos legais correlatos.

Cumprе salientar que não é papel do órgão jurídico apurar a acuidade ou veracidade das informações prestadas pelas autoridades administrativas, mas sim verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes também da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência.

Destarte, não há que se inquinar a escolha da autoridade, cabendo apenas recomendar cautela para que, ao buscar viabilizar a prestação do serviço público essencial, esteja adstrito ao cumprimento dos preceitos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que lhe são inerentes. Deve o gestor visar sempre os melhores meios para atingir o interesse público que, no caso, cinge-se à seleção da proposta que apresente maiores vantagens ao interesse público.

O Sistema Único de Saúde (SUS), foi introduzido em nosso ordenamento jurídico na Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, da Ordem Social, Capítulo II, da Seguridade Social, Seção II, da Saúde, nos artigos. 196 a 200.

**“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**

Como previsto na Constituição Federal vigente, especialmente arts. 6º, 196 e 197<sup>1</sup> a Saúde é um direito social do Cidadão e um dever do Estado.

<sup>1</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

É de saber notório a grave crise do sistema sanitário e de saúde pública vivenciada nos últimos meses por diversos países, decorrente da disseminação e proliferação do novo coronavírus (COVID-19). Diante desse cenário e da rápida velocidade com que o vírus se propaga, o Estado brasileiro com escopo de facilitar e a assistir o enfrentamento ao surto do coronavírus no país e no mundo, dentre outras medidas previstas na Lei nº 13.979/2020, estabeleceu nova hipótese de dispensa de licitação para contratações voltadas ao enfrentamento da situação emergencial.

Compreendeu, portanto, o Legislador, que, para enfrentamento da nova crise de saúde pública, inconveniente seria submeter as contratações não apenas ao regime das licitações, mas ao próprio regime de dispensa de licitação previsto na Lei nº 8.666/93.

Não buscou, o Legislador, limitar o objeto de contratações, podendo se voltar a qualquer tipo de solução, não necessariamente àquelas que visem ao combate direto do vírus, como construções de hospitais, insumos médicos e etc. Parece-nos, portanto, que a contratação direta, com base no art. 4, da Lei nº 13.979/2020, pode possuir como objeto as mais diversas soluções, de qualquer natureza ou ramo, desde que objetivem a colaboração no combate e enfrentamento da situação de pandemia causada pelo coronavírus.

Com efeito, o critério adotado pela Lei, para estabelecer a hipótese de dispensa de licitação é finalística; atendida a finalidade legalmente posta, possível será a contratação direta. O Legislador se escusou, portanto, de enumerar o que poderia ou não ser contratado, possivelmente por compreender que, diante da situação de emergência, imprevisíveis são as medidas que se farão necessárias para o seu combate, sendo mais eficiente indicar a que se propõe a habilitação legal para dispensar-se a licitação, do que indicar, exaustivamente, o que poderá ser contratado.

**Art. 197.** São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Deverá existir, portanto, nexo de causalidade entre a aquisição daquele bem ou serviço pelo Administrador da coisa pública e o combate à situação emergencial, não se admitindo a contratação com finalidade diversa.

Desta feita, ponderando as circunstâncias de Fato e de Direito supra expostas, e a partir das informações extraídas dos documentos apresentados, verifica-se a subsunção da previsão legal transcrita ao objeto da contratação pretendida, de forma a permitir ao ordenador da despesa a contratação direta, razão pela qual, esta Procuradoria entende possível a Dispensa da Licitação. Esse enquadramento legal, conforme já demonstrado, é cabível no presente caso.

### DAS RECOMENDAÇÕES

Como toda contratação, mesmo sendo através da dispensa, registre-se, que a mesma, exige um procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais, em que é imprescindível a observância de etapas e formalidades legais, ainda que se trate de contratação direta.

No que diz respeito à instrução dos autos em que processada a aquisição, usualmente denominada de "fase interna" do procedimento, também a Medida Provisória nº 926/2020, ao alterar a Lei nº 13.979/2020, afastou, tal como mencionamos acima, algumas regras previstas na Lei nº 8.666/93. Necessário, assim, que os autos sejam instruídos com:

a) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

Como já se viu, as presunções estabelecidas no art. 4º-B, da Lei nº 13.979/2020, tornam desnecessário que o gestor público instrua os autos com a justificativa atinente à "caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa", prevista no art. 26, parágrafo único, I, da Lei 8.666/93. Persiste, no entanto, a necessidade de cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com: a) A razão da escolha do fornecedor ou executante; b) A justificativa do preço.

Observe-se ainda que, duas regras especiais presentes na Lei nº 13.979/2020, destoam das regras gerais previstas na Lei nº 8.666/93.





# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

A primeira regra, presente no art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020, diz respeito à possibilidade excepcional, mediante justificativa da autoridade competente, de dispensa da apresentação da estimativa de preços de que trata o inciso VI, do mencionado dispositivo. Quanto ao ponto, entendemos que tal possibilidade somente poderá ser utilizada pelo gestor público em casos excepcionalíssimos nos quais a necessidade de aquisição é tão urgente, e o risco do perecimento do bem jurídico que se visa proteger com a contratação é tão elevado, que não se mostraria razoável a realização de qualquer diligência para a realização da estimativa de preços. Poder-se-ia, da mesma forma, dispensar a realização de tal estimativa de preços caso houvesse demonstração inequívoca de que a aferição de preços em mercado revela-se manifestamente impossível.

De qualquer forma, por se tratar de dispensa de exigência que, caso mal utilizada, poderá frustrar os princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, deve o gestor, ao assim proceder, apresentar a devida justificativa para não realizar a estimativa de preços.

A segunda regra, prevista no art. 4º-E, § 3º, da Lei nº 13.979/2020, diz respeito à possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços. Mostra-se razoável a regra, tendo em vista que a pandemia do COVID-19 repercutiu abruptamente nas diversas cadeias de produção dos bens e serviços, desequilibrando, assim, os mercados.

Com efeito, a intensa procura por alguns bens, serviços e insumos, tem o potencial para deslocar os preços do mercado para patamar superior àquele observado em cenário anterior à crise, sendo, nesses casos, inviável a comparação. De qualquer maneira, para a contratação em valores muito acima do estimado, imprescindível que o gestor público apresente robusta justificativa acerca da elevação abrupta dos preços, declinando as razões que acarretaram tal quadro, sempre que as circunstâncias se apresentarem desproporcionalmente desarrazoada.



# PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Concluindo, este procurador recomenda, ainda que não exigível, que se promova a competente consulta prévia das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, disponível no site: <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ai/ConsultarImpedidosWeb.aspx>, nos termos do inciso VII, do §4º, do artigo 35 da Lei 15.608/2007;

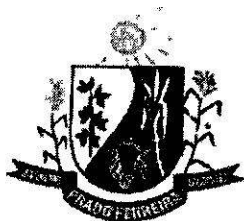
Por fim, não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior para ratificação e publicidade como condição para eficácia dos atos.

### CONCLUSÃO

Analizado os ditames da legislação correlata, e observadas as recomendações proferidas por esta Procuradoria, tendo em vista que a natureza da despesa a ser contratada se amolda à hipótese de dispensa prevista no inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c artigo 4º e seguintes da Lei Federal 13.979/2020, com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020 e artigo nº 21, do Decreto Municipal nº 011/2020, não se verifica a existência de vícios capazes de inviabilizar o prosseguimento do feito.

Isto posto, é o presente parecer para opinar pela possibilidade de formalização do processo de contratação direta, haja vista que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c artigo 4º e seguintes da Lei Federal 13.979/2020, com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020 e artigo nº 21, do Decreto Municipal nº 011/2020. Assim, verifica-se a ausência de obstáculo à celebração da contratação direta, a qual será feita caso a autoridade responsável assim o julgue oportuno.

Desta feita, restitui-se o presente feito ao solicitante, com **PARECER FAVORÁVEL** desta Procuradoria Jurídica, pela **dispensa do procedimento licitatório** e sua continuidade, para à aquisição do objeto do presente processo, em razão da finalidade emergencial da contratação.



# **PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Sem pretensão de haver esgotado a matéria e o entendimento desta Procuradoria sobre o assunto.

**É o Parecer.**

Salienta-se que este parecer possui caráter meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que este pertence exclusivamente ao respectivo ordenador de despesas.

Submeta o presente parecer à ciência e deliberação da autoridade maior.

Adotem-se as providências necessárias.

Prado Ferreira, 25 de maio de 2020.

**JOÃO FERNANDO DOS REIS CARVALHO**

Advogado Público Municipal - Matrícula nº 30000916

OAB/PR Nº 54.390





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

**LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**

**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000**

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

Prado Ferreira, 27 de Maio de 2020.

Ofício nº 119/2020

## **INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO**

De: Silvio Antonio Damaceno – Prefeito Municipal

Para: Christofher Allan Ferreira (Departamento Contábil)

SHEILA DE CAIRES SARTORI (Responsável pelo Departamento de Compras e Licitação)

Preliminarmente à autorização solicitada, expedido pela, Sr<sup>a</sup> Milene Ferreira Lima (Departamento de Saúde), deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1 - à indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa, (informação a ser fornecida pelo Setor/Departamento Contábil).

Cordialmente,

Silvio Antonio Damaceno  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

**LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**

**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000**

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

## **DEPARTAMENTO DE FINANÇAS DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

Prado Ferreira, 28 de Maio de 2020.

**Ofício n. 73/2020:**

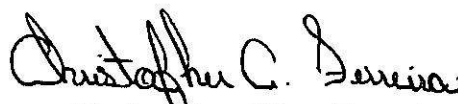
DE: CHRISTOFHER ALLAN FERREIRA - Departamento Contábil  
PARA: SILVIO ANTONIO DAMACENO – Prefeito Municipal

Em atenção ao ofício nº. 119/2020 expedido pelo Srº. Prefeito Municipal SILVIO ANTONIO DAMACENO, EM 27/05/2020, informamos a existência de previsão de recursos para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes das solicitações elaboradas pela Srª Milene Ferreira Lima (Solicitante), sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias.

Conta de Despesa	Funcional Programática	Natureza da Despesa
975	05.002.10.302.0004.1050	4.4.90.52.00.00

Do ensejo, valemo-nos para externar nosso respeito e nossa consideração.

Atenciosamente,

  
Christopher Allan Ferreira  
Contador



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 30.547.487/0001-98 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 24/05/2018
-------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------	---------------------------------------

<b>NOME EMPRESARIAL</b> DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI
--------------------------------------------------------------------------

<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> ALVORADA MED	<b>PORTE</b> ME
---------------------------------------------------------------------	--------------------

<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 77.29-2-03 - Aluguel de material médico 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>LOGRADOURO</b> AV BEIRA LAGO	<b>NÚMERO</b> 78	<b>COMPLEMENTO</b> *****
------------------------------------	---------------------	-----------------------------

<b>CEP</b> 86.150-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> JARDIM DONA DIVA	<b>MUNICÍPIO</b> ALVORADA DO SUL	<b>UF</b> PR
--------------------------	--------------------------------------------	-------------------------------------	-----------------

<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>	<b>TELEFONE</b> (43) 3028-8490
----------------------------	-----------------------------------

<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****
---------------------------------------------------

<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA	<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 24/05/2018
------------------------------------	-------------------------------------------------

<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>
-------------------------------------

<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****
-----------------------------------	-------------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 29/05/2020 às 15:10:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

Pelo presente instrumento do Ato Constitutivo de transformação de Sociedade Limitada para EIRELI:

**OSCAR NETTO BOEING**, brasileiro, empresário, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/12/1968, natural de Londrina - PR, residente e domiciliado na cidade de Cambé - Paraná, na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto nº 325, Apto. 02, Bloco 6A, Condomínio Residencial Castelo Branco, CEP. 86.186-125, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 01059507402 DETRAN/PR e CPF nº 601.706.039-20, único sócio da sociedade empresária "**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**", com sede na Avenida Beira Lago nº 78, Jardim Dona Diva, CEP: 86.150-000, em Alvorada do Sul - Paraná, com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. Nire 41208809957 de 24/05/2018, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.547.487/0001-98, ora transforma seu registro de Sociedade Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, que passará a ter um novo NIRE após o registro na Junta Comercial do Paraná, a qual se regerá doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980 A da Lei nº 10406/02 CC, resolve:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica transformada esta sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, sob a denominação **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656:  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
www.empresafacil.pr.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA 2  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

**IN:**

**CLAUSULA SEGUNDA** - O acervo desta Empresa, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um), cada, em razão da transformação, passa a ser alterado para o valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), totalmente integralizados em moeda nacional, que nesta data de 19/02/2020, passa a constituir o capital da EIRELI, mencionada na cláusula anterior.

**CLAUSULA TERCEIRA** - Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor seguinte:

**ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI  
CNPJ: 30.547.487/0001-98**

**OSCAR NETTO BOEING**, brasileiro, empresário, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/12/1968, natural de Londrina - PR, residente e domiciliado na cidade de Cambé - Paraná, na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto nº 325, Apto. 02, Bloco 6A, Condomínio Residencial Castelo Branco, CEP: 86.186-125, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 01059507402 DETRAN/PR e CPF nº 601.706.039-20, resolve constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF: sob nº 30.547.487/0001-98, que passará a reger-se pelo que contido nas cláusulas a seguir:

**ATK  
REC  
DIS  
CM**

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI



**LEANDRO MARCOS RAYSSEL BISCAIA**  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
www.empresafacil.pr.gov.br



**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA 3  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

CP.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A sociedade constituída sob a forma de empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI, com a denominação **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING**, — EIRELI, com inscrição no CNPJ sob nº 30.547.487/0001-98, com data de início de atividades de 25 de Maio de 2018, será regida por este ato constitutivo, pelo Código Civil, Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo.

É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — A EIRELI terá com sede na cidade de Alvorada do Sul, Estado do Paraná, à Avenida Beira Lago nº 78, Jardim Dona Diva, CEP 86.150-000, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território Nacional.

**CLÁUSULA QUARTA** — O objetivo social da EIRELI será: "Comércio atacadista de medicamentos de origem química e natural, para uso humano, produtos da flora medicinal, comércio atacadista de instrumentos e materiais médico-cirúrgico hospitalares e odontológicos e laboratoriais, estetoscópios, medidores de pressão, bisturis, boticões, pinças, tubos de ensaio e análises química, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico hospitalares e laboratoriais, mobiliário para uso médico-hospitalar e

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA 4  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

odontológico, equipamentos de laboratórios, equipamentos de monitoração médica, equipamentos médico-cirúrgicos, máquinas, comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia, cadeiras de rodas, muletas, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos, de uso doméstico, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, fornos micro-ondas, equipamentos elétricos, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e de toucador, comércio atacadista de roupas para segurança pessoal, acessórios, roupas para uso profissional, fardamentos e uniformes, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza, comércio atacadista de produtos odontológicos, cera, compostos para restauração dentária, comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio atacadista de leite e laticínios, comércio atacadista de tecidos, comércio atacadista de artigos de escritório, papelaria, papel e artigos escolares, comércio varejista de artigos de papelaria e de escritório, comércio atacadista de computadores e equipamentos periféricos, comércio varejista de equipamentos e suprimentos de informática, aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, elétricos e equipamentos médico-cirúrgicos hospitalares, aluguel de material médico, cadeiras de roda, camas hospitalares, muletas, inaladores e transporte rodoviário de cargas, exceto de produtos perigosos, intermunicipal, interestadual e internacional".

**CLAUSULA QUINTA** - O capital da EIRELI na importância de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
www.empresafacil.pr.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI  
ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA  
CNPJ: 30.547.487/0001-98**

**CLÁUSULA SEXTA** – A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A administração da EIRELI caberá ao titular **OSCAR NETTO BOEING**, dispensada de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

**Parágrafo Primeiro** – O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo Segundo** – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

**CLÁUSULA OITAVA** – O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

**CLÁUSULA NONA** – Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo passível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
www.empresafacil.pr.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA 6  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**

**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A EIRELI **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING – EIRELI**, com sede na à Avenida Beira Lago nº 78, Jardim Dona Diva, CEP: 86.150-000, em Alvorada do Sul – Paraná, declara sob penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA 7**  
**INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**  
**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02**  
**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**  
**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** -- Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Alvorada do Sul, Estado do Paraná, por mais privilegiado que seja outro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, elaborada em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.



Alvorada do Sul - PR, 19 de Fevereiro de 2020.

**OSCAR NETTO BOEING**

**CPF: 601.706.039-20**



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



5º TABELIONATO DE NOTAS LONDRINA - PR - TITULAR: ADEMIR LUIZ EHLERS.

Nº 062R0-6Ufde1vJ0I, Controle:

PHK6. W7Urh

Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por verdadeiro a assinatura de OSCAR  
NETTO BOEING (89555). Dou fé, 25 de fevereiro de  
2020 - 16:56:01h.

Meire Aparecida da Silva Langa, Escrevente

5º TABELIONATO DE NOTAS  
LONDRINA - PR  
Meire Aparecida da Silva Langa  
Escrevente - Ponto 102713

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2020 08:42 SOB Nº 41601002656.  
PROTOCOLO: 201234823 DE 09/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001097083. NIRE: 41601002656.  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - BIRELI



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/03/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Praça Prefeito Antônio da Souza Lemos - nº 32 - CEP - 86150-000 - Fone/Fax-(43)-3661-1177

**CND - CERTIDÃO NEGATIVA N. 1764****IMPORTANTE:**

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO NÃO CONTEMPLA EVENTUAIS DÉBITOS EXISTENTES JUNTO AO SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alvorada do Sul - conforme Lei nº 2240/2016.
3. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 28/06/2020, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

**RAZÃO SOCIAL: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
54402	30.547.487/0001-98	9078208829	1015

**ENDEREÇO**

AVENIDA BEIRA LAGO, 78 - JARDIM DONA DIVA CEP: 86150000 Alvorada do Sul - PR

**CNAE / ATIVIDADES**

Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, Comércio atacadista de leite e laticínios, Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29/05/2020.

---

**DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO****TTTXCT9S2QE5524X8C9UT**



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 021998173-76

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **30.547.487/0001-98**

Nome: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 26/09/2020 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI**  
**CNPJ: 30.547.487/0001-98**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:07:00 do dia 29/05/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/11/2020.

Código de controle da certidão: **5A6F.969A.CFA9.B092**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

23/5

23/5

23/5

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 30.547.487/0001-98

**Razão Social:** DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA

**Endereço:** AV BEIRA LAGO 78 / JD DONA DIVA / ALVORADA DO SUL / PR / 86150-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/03/2020 a 19/07/2020

**Certificação Número:** 2020032204555855789183

Informação obtida em 29/05/2020 15:08:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.547.487/0001-98

Certidão nº: 12375537/2020

Expedição: 29/05/2020, às 15:08:24

Validade: 24/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.547.487/0001-98**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

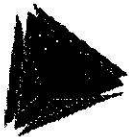
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## Consulta de Impedidos de Licitar

## Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	Tipo documento	CNPJ	Número documento	30547487000198
	Nome			

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 30547487000198!



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

**AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

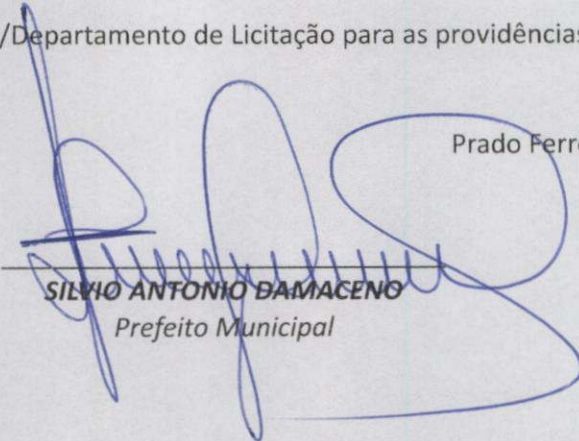
Dispensa de Licitação nº 18/2020  
Processo Administrativo nº 63/2020

DE: PREFEITO MUNICIPAL  
PARA: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Considerando as informações contidas no presente processo **AUTORIZO** a compra direta sob a modalidade **DISPENSA**, que tem por objeto a **Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira**, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira e nos termos da Lei nº 8.666/93 e Lei 13.979/2020.

Encaminhe-se ao Setor/Departamento de Licitação para as providências necessárias.

Prado Ferreira-Pr, 29 de maio de 2020.

  
**SÍLVIO ANTONIO DAMACENO**  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

LICITAÇÃO Nº 63/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020

### 1. OBJETO:

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira, sendo:

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO SLPM	2,00	UNID	5.550,00	11.100,00
TOTAL					11.100,00

### 2. DO PREÇO

2.1 - O valor total a ser pago pelo objeto será de R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais).

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1 - Justifica-se a presente, de acordo com os seguintes fundamentos legais:

A Lei nº 8.666/93 em art. 24 prevê:

*Art. 24 É dispensável a licitação:*

*(...)*

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

A Lei nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em seus artigos 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C, dispõe:

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.*

*§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

*§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.*

*§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.*

*Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.*

*Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:*

*I - ocorrência de situação de emergência;*

*II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;*

*III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e*

*IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.*

*Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.*

O Decreto Municipal nº 11/2020 que decreta situação de emergência no Município de Prado Ferreira, bem como, dispõe sobre as medidas complementares para enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19), em seu art. 21 dispõe:

*Art. 21. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata este Decreto.*

*Parágrafo único. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus.*

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do equipamento, com a apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pelo departamento, acompanhadas obrigatoriamente pelos comprovantes de quitação para o INSS e recolhimento do FGTS.**

#### **5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**5.1 - A despesa decorrente desta aquisição será reconhecida contabilmente pela dotação orçamentária:**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Dotações					
Exercício	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza de despesa	Grupo de fonte
2020	975	05.002.10.302.0004.1050	3	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

### 6. VENCEDOR:

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

BOEING LTDA

30.547.487/0001-98

AVENIDA BEIRA LAGO, 78 - CEP: 86150000 -

BAIRRO: JARDIM DONA DIVA CIDADE/UF:

Alvorada do Sul/PR

OSCAR NETTO BOEING

601.706.039-20

### DECISÃO:

Encaminho ao Senhor Prefeito, ordenador da despesa, a dispensa de licitação, com fundamento nos inciso IV do art. 24, da Lei nº 8.666/93 e arts. 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C da Lei nº 13.979/2020, para a Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação.

Prado Ferreira, 29 de maio de 2020.

  
SHEILA DE CAIRES SARTORI

Responsável pelo Depto de Compras e Licitações




## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

**PROCESSO Nº 63/2020**  
**RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**18/2020**

Autorizo e ratifico a despesa, emissão de empenho e a dispensa de licitação para a **Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira**, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira, com valor global de **R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais)**, em favor de **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**, inscrito no CNPJ nº 30.547.487/0001-98. Em conformidade com o Art. 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e arts. 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C da Lei nº 13.979/2020.

Prado Ferreira, 01 de junho de 2020.

  
**SILVIO ANTONIO DAMACENO**  
Prefeito Municipal





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2020

DECRETO MUNICIPAL N. 11/2020 (ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS)

**Objeto:** Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira.

**Contratada:** DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA, inscrito no CNPJ nº 30.547.487/0001-98.


**Valor:** R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais).

**Fundamento Legal:** : Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e arts. 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C da Lei nº 13.979/2020.

#### Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	975	05.002.10.302.0004.105.0	3	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Prado Ferreira, 01 de junho de 2020.

  
**SILVIO ANTONIO DAMASCENO**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 58/2020**

**PROCESSO Nº 63/2020**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

**CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua São Paulo, 191, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, inscrito no CPF sob o nº 971.552.929-15, portador da cédula de identidade RG nº 7.039.900-8 SSP-PR, residente e domiciliado no Município de PRADO FERREIRA – Estado do Paraná.

**CONTRATADA:** DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA – pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa à Avenida Beira Lago, 78 - CEP: 86150-000 - Bairro: Jardim Dona Diva, Alvorada do Sul/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 30.547.487/0001-98, neste ato representada pelo Sr. Oscar Netto Boeing, inscrito no CPF sob o nº 601.706.039-20, portador da cédula de identidade RG nº 46921127 – SSP-PR, residente e domiciliado no Município de Cambé/PR.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS.**

– Este instrumento tem por objeto a **Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira.**

Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
Lote 001	CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 5LPM	UNID	2,00	5.550,00	11.100,00
<b>TOTAL</b>					<b>11.100,00</b>

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

**2.1** - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos produtos, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, todos os documentos exigidos, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a entrega dos produtos do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE**

**3.1** O preço para a entrega dos produtos, objeto deste contrato é o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, devidamente aprovada pelo **CONTRATANTE**, sendo que o valor total é de R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais), conforme descritos na proposta da contratada.

**3.2** O preço contratado compreende todos os custos necessários à entrega dos produtos, inclusive os referentes às despesas de frete, seguro, trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta entrega, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à **CONTRATADA** além do valor ora estipulado.

3.3 - Os preços propostos não serão reajustados durante o período de contratação, salvo, se ocorrerem algumas das hipóteses do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a entrega dos produtos, através de crédito em conta corrente à vista da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pelo Departamento requisitante, acompanhadas obrigatoriamente da CND do INSS e CRF do FGTS.

4.2 - É vedado à **CONTRATADA** negociar com terceiros, seja a que título for, o crédito decorrente deste Contrato, ainda que com instituição bancária, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples.

4.3 - O **CONTRATANTE** poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA** por força deste Contrato.

4.4 - Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação/concordância da perfeita execução do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da contratação, serão reconhecidas contabilmente com dotação orçamentária, conforme segue:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
975	05.002.10.302.0004.1050	3	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 - O prazo de vigência deste instrumento, será de **45 (quarenta e cinco) dias**, com início na data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado a critério da Administração e em conformidade com o Art. 65 da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - O objeto do Contrato, deverá ser entregue, em local a ser definido na Requisição de compra, expedida pela Seção de Compras e Licitação, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Requisição.

7.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida para MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA – CNPJ 01.613.136/0001-30. Endereço: Rua São Paulo, nº 191 – Centro – Prado Ferreira – PR.

7.3 - Os produtos no ato da entrega deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando nº da Requisição da Compra e dados da conta bancária para depósito do pagamento;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

#### CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE

8.1 - A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusiva pela entrega do objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil, criminal e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que venha direta ou indiretamente, provocar ou causar para o **CONTRATANTE** ou para terceiros.

8.2 - A **CONTRATADA** responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da correta execução do contrato.

8.3 - A **CONTRATANTE** se obriga a efetuar o pagamento regularmente, conforme disposto na cláusula quarta.

#### CLÁUSULA NONA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

9.1 - A **CONTRATADA** não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento do **CONTRATANTE**, dado por escrito, sob pena de rescisão deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pelo Município de Prado Ferreira, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

10.2 - No que se refere à qualidade do produto licitado, se em desacordo com o apresentado no momento das propostas, ou por vícios e defeitos omitidos, ficará a **CONTRATADA** sujeita ao pagamento de multa, a qual será arbitrada pela Administração, de acordo com o grau dos danos causados ao Município ou a terceiros.

10.3 - A multa supramencionada poderá ser estipulada em valor máximo correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total a ser pago pelo objeto da aquisição.

10.4 - O proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a dispensa de licitação, ensejar o retardamento da execução, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração pelo infrator:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.5 - A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas nas Leis Federais nº 8.666/93, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

10.6 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Município de PRADO FERREIRA.

10.7 - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente junto ao Município de PRADO FERREIRA, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, o débito, se não adimplido, será inscrito em dívida ativa e executado na forma da lei.

10.8 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Senhor Prefeito Municipal, devidamente justificado.

10.9 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.10 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

10.11 - Excepcionalmente, "*ad cautelam*", o Município poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - O **CONTRATANTE** se reserva no direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos a seguir mencionados:

- a) Quando a **CONTRATADA** falir ou for dissolvida;
- b) Quando houver atraso na entrega dos produtos, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, pelo prazo superior a 05 (cinco) dias.

11.3 - Ocorrendo o descumprimento de qualquer cláusula deste contrato e dos demais termos que o integram, sua rescisão será automática, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INTEGRAÇÃO

12.1 - Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o processo de dispensa de licitação nº 18/2020, aplicando-se no que couber a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, pela legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TOLERÂNCIA E CASOS OMISSOS

14.1 - Se qualquer das partes Contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus anexos, tal





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.


15.2 - São partes integrantes deste contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** e o Processo de Dispensa de Licitação nº 18/2020 que o precedeu.

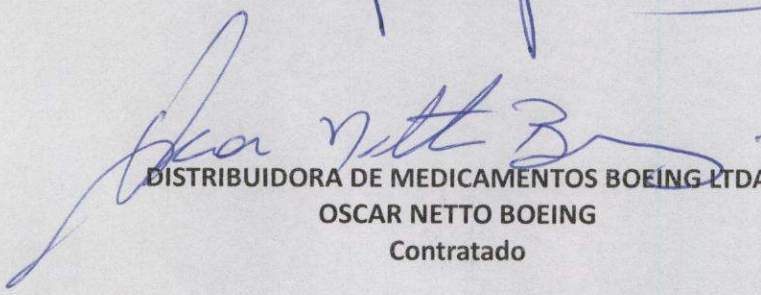
15.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria, bem como, pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.4 - Fica eleito o foro da Comarca de PORECATU-PR, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

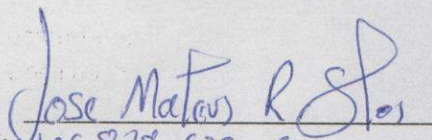
E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

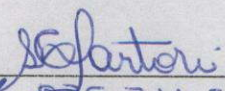
Prado Ferreira, 01 de junho de 2020.

  
SILVIO ANTONIO DAMACENO  
Prefeito Municipal

  
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA  
OSCAR NETTO BOEING  
Contratado

Testemunhas:

  
CPF: 106.878-635-61

  
CPF: 035.711.889/85.

  
JOÃO FERNANDO DOS REIS CARVALHO  
Advogado Público Municipal - Matrícula nº 30000916  
OAB/PR Nº 54.390

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

**DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS**  
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2020 - PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO 63/2020**

**DECRETO MUNICIPAL N. 11/2020 (ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS)**

*Objeto: Aquisição de concentrador de oxigênio, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus COVID-19, no Município de Prado Ferreira, conforme Decreto Municipal nº 11/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Município de Prado Ferreira.*

**Contratada: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**, inscrito no CNPJ nº 30.547.487/0001-98.

**Valor: R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais).**

**Fundamento Legal:** : Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e arts. 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C da Lei nº 13.979/2020.

**Recursos:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	975	05.002.10.302.0004.1050	3	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

*Prado Ferreira, 01 de junho de 2020.*

**SILVIO ANTONIO DAMACENO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
José Mateus Rodrigues dos Santos  
Código Identificador:DDC6498A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/06/2020. Edição 2024

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>